



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

DIMENSÕES DA NÃO CONFORMIDADE DURANTE A ADOLESCÊNCIA

Pedro Moura Ferreira

Introdução

É conhecido o facto que a adolescência representa um terreno fértil para a manifestação de comportamentos não convencionais. Esta expressão abrange um amplo repertório de comportamentos, tais como, o consumo ilícito de drogas, consumo de álcool, delinquência, violência ou agressão. Apesar de muitos dos referidos exemplos prefigurarem transgressões legais, os comportamentos não convencionais não se limitam apenas àqueles que vão contra normas legais e que, por esta razão, provocam ou deveriam provocar uma resposta de controlo social. Para a classificação de um comportamento como não convencional não basta haver uma transgressão normativa. Mais importante do que a transgressão em si mesma é a reacção social que essa transgressão suscita. E essa reacção vai muito além, especialmente no âmbito da adolescência, das transgressões legais. Comportamentos, que não representando transgressões às disposições legais, podem ser “problemáticos” ou “preocupantes” se forem vistos e considerados socialmente como desadequados às expectativas normativas que devem imperar no grupo etário em questão. O abuso do álcool é um exemplo disso. Deste ponto de vista, todos aqueles comportamentos que constituem directas violações legais ou que são considerados problemáticos e desadequados a um desenvolvimento “normal” da adolescência podem ser considerados manifestações de não convencionalidade.

Essas manifestações de não convencionalidade assumem expressões muito diversas. Podem manifestar-se durante longos períodos ou serem relativamente momentâneas. Podem traduzir-se apenas num comportamento ou assumirem uma grande variedade de comportamentos. Podem assumir formas de expressão individual ou colectiva. Podem reflectir orientações vincadamente antisociais ou apenas deixarem transparecer uma certa irreverência juvenil. De todas estas expressões vamos reter-nos especialmente nas relações de interdependência entre os vários comportamentos não convencionais.

A hipótese que pretendemos explorar assenta nas possíveis relações existentes entre diversas manifestações de comportamentos-problemas, tais como, a agressão, o vandalismo ou o consumo de drogas. Haverá relações preferenciais e de exclusão entre determinados comportamentos? Poder-se-á falar em relações de independência ou, pelo contrário, poder-se-á esperar encontrar um “fundo comum” a todos eles? A hipótese que procuraremos desenvolver assenta na possibilidade da existência de uma variável latente subjacente a todas as manifestações dos comportamentos-problemas. Esta hipótese conhecida pela designação da síndrome dos comportamentos não convencionais durante a adolescência defende que grande parte desses comportamentos constituem uma espécie de epiderme de uma única causa mais subterrânea.

[1] Deste ponto de vista, não há necessidade de criar etiologias distintas para cada um dos comportamentos não convencionais (como, o abuso do álcool ou o vandalismo), na medida em que se deveria explicar uma propensão para a não convencionalidade, independentemente das manifestações comportamentais através das quais essa propensão se manifesta.

O presente estudo tem um objectivo bem preciso. Pretende reunir elementos que infirmem ou não a hipótese da variável latente subjacente às manifestações comportamentais não convencionais. Não nos move qualquer intenção explicativa mais ampla, no sentido de clarificar o desenvolvimento de uma eventual propensão genérica para o desvio. Nem tão pouco proceder a qualquer avaliação comparativa entre uma teoria geral do desvio e outras explicações baseadas em etiologias de comportamentos específicos. É nossa intenção apenas observar e analisar até que ponto existem relações efectivas entre as manifestações de não convencionalidade e se essas manifestações podem ou não serem reduzidas a uma

única dimensão (causa) que está para além da observação directa e imediata.

Metodologia

Os dados, em que a presente análise se baseia, resultam de um questionário auto-administrado a uma amostra de 1799 jovens de escolas secundárias situadas na zona da Grande Lisboa. A estratégia analítica baseou-se em três fases.

a) Na primeira procede-se, em duas amostras (rapazes e raparigas), à análise das correlações entre as diferentes medidas no sentido de confirmar a estrutura ou a organização das interdependências

[2]

entre os diferentes comportamentos. A separação das duas populações permitirá comparar resultados e dar mais consistência às conclusões a que eventualmente se chegar.

b) Na segunda fase relacionam-se as medidas de transgressão com medidas de convencionalidade (neste caso a selecção incidu sobre duas medidas: as relações com os pais e a auto percepção do desempenho escolar). Na hipótese de haver uma variável latente comum a todas as manifestações de não convencionalidade, espera-se obviamente uma relação negativa entre as medidas de comportamentos convencionais e não convencionais. Ou seja, a propensão para o desvio não é compatível com a conformidade social.

c) Na terceira fase sujeitam-se os dados a uma análise factorial para confirmar ou não a possibilidade de reduzir os diversos comportamentos a um simples factor, obtendo-se deste modo um suporte mais consistente à noção de uma síndrome de comportamentos não convencionais durante a adolescência.

As medidas usadas são de dois tipos. Umam constituem índices compósitos (ou seja, somatórios de indicadores) e outras são indicadores simples. Os quatro índices utilizados referem-se a medidas

de não convencionalidade: agressão, furtos, transgressão e vandalismo. [3] As outras medidas de não convencionalidade relativas aos consumos de tabaco, álcool e droga, baseiam-se em

indicadores simples. [4] De forma semelhante, as medidas de convencionalidade integram indicadores simples (a autopercepção do desempenho escolar) e dois índices (as relações com os pais).

[5] [6]

Análise dos dados

A primeira etapa da análise procura identificar o perfil das correlações entre os diferentes comportamentos. Estas correlações estão representadas no **quadro 1**. Elas mostram, em qualquer uma das amostras, ou seja, quer na amostra dos rapazes, quer na das raparigas, resultados estatisticamente significativos para todas as medidas dos comportamentos problemáticos. Daqui resulta claramente uma elevada interdependência entre os diferentes comportamentos problemáticos. Essa interdependência, no entanto, parece organizar-se, nas duas amostras, em torno de dois conjuntos de comportamentos. Um deles junta os comportamentos de vandalismo, agressão, transgressão e furtos. O outro reúne os comportamentos ligados aos consumos de álcool, tabaco e de drogas. Tendencialmente as correlações são mais fortes entre os comportamentos que caem em cada um dos grupos. Tal facto não nega, obviamente, a existência de relações entre os dois conjuntos. Elas são, no entanto, mais fracas e sobretudo destacam apenas alguns comportamentos. É assim possível observar associações mais fortes entre, por um lado, a transgressão e o vandalismo e, por outro, o consumo de álcool (especialmente, pelo consumo da cerveja) e de tabaco. A agressão e as práticas de furto têm pouca relação com os consumos de álcool, tabaco e de drogas, do mesmo modo que o consumo de “drogas” parece manter menos conexão estatística com os elementos que compõem o outro conjunto de comportamentos. No que diz respeito ao consumo de drogas pode mesmo dizer-se que constituem um subconjunto no interior do conjunto mais amplo dos consumos. Com efeito, observa-se uma ligação quase exclusiva entre o consumo de “drogas duras” e o de “drogas leves”, só penalizado pelo facto de este último exibir forte relação com o consumo de tabaco.

Quadro nº 1

Correlações (1) entre os indicadores de medidas não convencionais, segundo o sexo (2)

	álcool	cerveja	cigarros	drogas duras	drogas leves	vinho	agressão	furtos	Transgressão	vandalismo
álcool	—	.63**	.43**	.20**	.33**	.51**	.20**	.29**	.41**	.40**

cerveja	.53**	—	.45**	.17**	.31**	.46**	.18**	.28**	.40**	.40**
cigarros	.31**	.44**	—	.22**	.45**	.27**	.16**	.26**	.39**	.36**
drogas "duras"	.09**	.12**	.15**	—	.44**	.16**	.07**	.11**	.11**	.12**
drogas "leves"	.21**	.24**	.29**	.30**	—	.24**	.13**	.17**	.27**	.24**
vinho	.40**	.38**	.20**	.07*	.24**	—	.10**	.22**	.28**	.26**
agressão	.13**	.16**	.19**	.06**	.14**	.07*	—	.49**	.50**	.55**
furtos	.29**	.29**	.27**	.09**	.20**	.24**	.33**	—	.57**	.68**
Transgres- são	.42**	.40**	.41**	.10**	.18**	.24**	.29**	.42**	—	.62**
vandalismo	.37**	.38**	.34**	.08	.21**	.24**	.39**	.42**	.53**	—

(1) Correlações de Spearman: * $p < .05$, ** $p < .01$

(2) A parte superior da matriz refere o sexo masculino.

Um outro aspecto que importa registar diz respeito às diferenças entre rapazes e raparigas. Conforme já observámos, essas diferenças não se referem ao perfil das correlações que é idêntico em ambos os sexos. As diferenças referem-se à intensidade das medidas. Estas são, no geral, mais fracas no sexo feminino. Isto significa que as relações entre os comportamentos problemáticos surgem menos entrelaçadas e dependentes. Uma explicação para este resultado poderá advir do facto de as raparigas se mostrarem menos inclinadas para a prática de actos não convencionais e, mesmo quando ocorre a existência dessas práticas, elas tenderem a ser mais esporádicas, menos intensas e abrangentes. Nestas condições, não surpreende que as associações entre os diferentes comportamentos não convencionais das raparigas manifestem um padrão de associação menos intenso do que aquele que se verifica entre os rapazes.

Apesar das diferenças de intensidade das correlações, é importante sublinhar a existência de uma vasto conjunto de interdependências entre os diferentes comportamentos e em ambos os sexos. Elas parecem sugerir que os actos ou as práticas de não convencionalidade tendem a manifestar-se, não de forma isolada, mas de uma forma articulada, assumindo uma ampla variedade de expressões. Muito embora não se possa inferir, a partir destes dados, a existência de uma variável latente comum a todas as manifestações não convencionais, eles sugerem haver alguma "redundância" entre eles. Ou seja, parece existir equivalência "funcional", entre alguns comportamentos, abrindo porta para a possibilidade de se poderem reduzir todas esses comportamentos a um conjunto reduzido de dimensões. No âmbito da hipótese da propensão genérica para a não conformidade essa redução comportaria apenas uma dimensão.

A identificação de uma variável latente, subjacente às manifestações não convencionais, só faz sentido se essas mesmas manifestações mostrarem uma relação inversa com as tendências conformistas. A hipótese da variável latente pressupõe uma propensão genérica para o desvio que é incompatível com a exibição de comportamentos convencionais. Indivíduos que manifestem elevada propensão para o desvio não podem pontuar positivamente em escalas de conformidade. Neste sentido, os indicadores de comportamentos não convencionais, que estarão na base de uma possível variável latente, terão de se correlacionar negativamente com as medidas de convencionalidade. Caso contrário, não terá qualquer significado substantivo a existência de uma variável latente. A propensão para o desvio e a conformidade andam necessariamente em linhas opostas.

Na parte relativa à metodologia fez-se referência às medidas de conformidade. Trata-se agora de relacionar essas medidas com algumas medidas de não convencionalidade. Por questões de simplificação não havia qualquer vantagem em trabalhar com todas as medidas de não convencionalidade. Assim, seleccionaram-se apenas aquelas que revelaram ser mais significativas. Posteriormente foram calculadas as correlações entre elas e as medidas de conformidade. Estes resultados são apresentados no **quadro nº 2**.

Dos resultados do quadro salienta-se, em primeiro lugar, o facto de praticamente todas as medidas obterem significado estatístico. Mesmo quando os valores das correlações não são muito elevados, eles não deixam de ter significado. Em segundo lugar, e este é o resultado que mais directamente nos interessa, observa-se que as medidas de convencionalidade variam negativamente e de forma sistemática com as medidas de não convencionalidade. Esta relação é observável quer na amostra masculina, quer na feminina, não havendo diferenças assinaláveis entre elas. Ter boas relações com o pai ou a mãe, ou ter ainda bom desempenho escolar não se concilia facilmente com práticas de vandalismo ou de transgressão ou com os consumos de álcool, tabaco ou de droga. Refira-se ainda que as medidas de convencionalidade mostram coerentemente correlações positivas entre elas. Conforme oportunamente se observou, com as

medidas de não convencionalidade passa-se exactamente o mesmo.

Quadro nº 2

Correlações (1) entre os indicadores de medidas não convencionais e convencionais, segundo o sexo (2)

	Relação com o pai	Relação com a mãe	desempenho escolar	cerveja	cigarros	drogas "leves"	trans-gressão	vandalismo
Relação com o pai	—	.48**	.26**	-.15**	-.13**	-.10**	-.14**	-.17**
Relação com a mãe	.42**	—	.18**	-.17**	-.17**	-.09**	-.22**	-.22**
desempenho escolar	.23**	.20**	—	-.17**	-.17**	-.09*	-.29**	-.22**
cerveja	-.06*	-.10**	-.11**	—	.45**	.31**	.40**	.40**
cigarros	-.16**	-.14**	-.22**	.44**	—	.45**	.39**	.36**
drogas "leves"	-.09**	-.05	-.08**	.24**	.29**	—	.27**	.24**
transgressão	-.18**	-.17**	-.23**	.40**	-.41**	.18**	—	.62**
vandalismo	-.23**	-.21**	-.18**	.38**	.34**	.21**	.56**	—

(1) Correlações de Spearman: * $p < .05$, ** $p < .01$

(2) A parte superior da matriz refere o sexo masculino.

As correlações negativas sustentam assim que as medidas de não convencionalidade poderão constituir manifestações de uma tendência genérica para o desvio, uma vez que não revelam qualquer conexão com as medidas de conformidade social. A questão a que não podemos, contudo, responder prende-se com o facto de não estar ainda determinada a possibilidade de existência da variável latente. O ponto seguinte tratará desta questão.

Grande parte da argumentação a favor da hipótese da variável latente reside na possibilidade de se poder reduzir as diferentes medidas de não convencionalidade a uma única dimensão. Esta possibilidade foi explorada através do recurso a uma análise factorial. Os resultados dessa análise são apresentados no **quadro nº 3**.

Quadro nº 3

Análise factorial (1) das medidas de não convencionalidade, segundo o sexo

	Masculino			Feminino		
	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 1	Factor 2	Factor 3
álcool	.13	.84	.09	.13	.77	.04
cerveja	.13	.83	.09	.13	.79	.08
cigarros	.14	.56	.39	.24	.56	.13
drogas "duras"	.01	.06	.87	.16	.00	.85
drogas "leves"	.16	.29	.79	.11	.32	.74
vinho	.05	.72	.12	.06	.65	.11
agressão	.65	-.00	.05	.80	.04	.11
furtos	.87	.08	.06	.77	.10	.24
transgressão	.77	.34	.08	.64	.44	-.03
vandalismo	.90	.13	.09	.82	.22	.09

(1) Análise de componentes principais. Solução obtida por rotação da matriz através do método varimax.

A apresentação de três factores indicia claramente que a hipótese de uma variável latente, subjacente à maior parte dos comportamentos não convencionais, não encontrou grande apoio na análise efectuada. O primeiro factor dá conta, nas duas populações, de 40% da variância e, em conjunto, os três factores respondem por 70% e 62% de variância, respectivamente, na amostra masculina e feminina. Estes números sugerem pouca plausibilidade a favor da redução das medidas a uma única variável. Perante esta aparente impossibilidade outro aspecto ganha mais relevância. A análise factorial vem também confirmar a existência do mesmo tipo de associações entre as diferentes medidas de não convencionalidade já evidenciado quando se analisaram as correlações entre essas medidas. É fácil constatar que o factor um refere às práticas de transgressão,

vandalismo, agressão e furtos. O factor dois agrupa os consumos de álcool e de tabaco. E o terceiro factor isola os consumos de “drogas”. A agregação destas medidas em torno dos factores não resulta de forma aleatória mas, antes pelo contrário, configura associações coerentes. Os comportamentos com mais proximidade entre eles caem no mesmo factor e demarcam-se dos outros. Neste sentido, parece bastante duvidoso poder encontrar uma única variável ou dimensão capaz de representar todos os comportamentos. Se a análise das correlações admitiu haver amplas relações de interdependência entre as medidas de não convencionalidade, sugerindo, por isso, a possibilidade da existência de um “fundo comum” a todas elas, a análise factorial alerta para a existência de dimensões autónomas e, em definitivo, para a impossibilidade de olhar a não convencionalidade como brotando da mesma fonte.

Mesmo não podendo dar consistência à hipótese da variável latente, importa chamar a atenção para o facto de se poder reduzir a uma única dimensão alguns conjuntos de medidas. Neste sentido conseguiu-se isolar diversas fontes de não convencionalidade e mostrar que o consumo de drogas não se confunde com outros consumos, nomeadamente o álcool e o tabaco e que muitas das disrupções juvenis, que se manifestam através de actos de vandalismo ou de agressão, mantêm uma autonomia relativamente à problemática dos consumos. Há, assim, e tomando em consideração os dados analisados, a necessidade de manter separadas explicações ou “etiologias” para diferentes manifestações da não convencionalidade.

Conclusão

O ponto de partida deste estudo assentou na hipótese das manifestações não convencionais durante a adolescência resultarem de uma única variável latente. A validação desta hipótese levar-nos-ia a ponderar a existência de uma propensão genérica para o desvio, propensão essa que tenderia a manifestar-se sob diversas formas. Pode parecer estranho, sobretudo agora que se obteve sustentação empírica contra a plausibilidade da hipótese, defender a redução de um conjunto variado de comportamentos a uma única variável, desprezando aparentemente variáveis contextuais. A nosso ver, não se trata de ignorar este tipo de variáveis. O efeito da situação é, por vezes, decisivo no envolvimento em determinados actos, como também é importante o impacto das variáveis sociais mais típicas, como o sexo ou a classe, no desenvolvimento de determinadas práticas. A questão que nos preocupou não foi, contudo, a de avaliar o impacto dessas variáveis nas diversas manifestações não convencionais. Moveu-nos antes a possibilidade de uma eventual predisposição para o desvio se sobrepor a essas manifestações.

É necessário compreender que temos vindo a desenvolver uma perspectiva sobre a não convencionalidade no âmbito da adolescência “normal”. Grupos eventualmente mais problemáticos são “diluídos” no universo da conformidade. Neste sentido, as manifestações de desvio são, na maior parte dos indicadores usados, relativamente inócuas e de reduzida intensidade. O desvio ou as infracções aparecem normalmente como fazendo parte de um processo mais amplo de aprendizagem normativa. Raramente constituem expressões ou afirmações em torno das quais grupos necessariamente minoritários de jovens alicerçam a construção pessoal e social das suas identidades. Para a maior parte dos jovens, tal como os dados do inquérito sugerem, a experiência de infracção é esporádica e, seguramente, situacional. Dificilmente poderia assumir um carácter “especializado”, vocacionado para determinadas práticas. Pelo contrário, seria mais facilmente admissível encará-la como versátil, mudando de “objecto” de acordo com as condicionantes situacionais. Neste contexto, fugir de casa ou roubar um colega seria relativamente irrelevante. Estas infracções normativas tenderiam a traduzir uma propensão genérica para o desvio. O efeito da situação sobre o desenvolvimento de determinada prática seria sempre precedido e condicionado por uma prévia propensão para o desvio. É esta suposição que formatou a hipótese da variável latente.

A “validação” dessa hipótese constituiria um passo importante para a aceitação de uma teoria em torno da propensão genérica para o desvio. Claro que essa teoria teria de proporcionar uma explicação para o aparecimento e o desenvolvimento da propensão e do efeito da situação sobre a actualização das práticas ou actos não convencionais. Mas ao admitir a precedência da propensão sobre o efeito da situação, as explicações disponíveis enfatizariam muito provavelmente os mecanismos de socialização e de controlo (internos e externos), especialmente nas suas vertentes mais “psicologizantes”. A aceitação da propensão genérica para o desvio constituiria assim uma forma de dispensar ou diminuir as condicionantes sociais e situacionais na produção da não convencionalidade. E afastaria ainda a possibilidade de se gerarem explicações que tomam a própria acção social como ponto de partida para a não convencionalidade, dispensando a necessidade de se recorrer a variáveis “explicativas” prévias a essa mesma acção.

Os dados analisados não foram, como vimos, no sentido da sustentação da hipótese da variável latente. Eles mostraram a dificuldade em reduzir todos os indicadores a uma única variável (ou factor). Em contrapartida, sugerem que os dados podem ser bem representados com base em três dimensões. Respeitando a interpretação avançada nas conclusões respeitante à análise factorial, estas dimensões poderiam representar, três fontes autónomas de não convencionalidade.

Há boas razões para se sustentar esta interpretação. Com efeito, há coerência entre os comportamentos que ficaram agregados em torno de cada factor. Não parece problemático admitir, por exemplo, que o consumo de drogas “duras” esteja mais próximo do consumo de drogas “leves” do que de qualquer outro consumo. Esta “proximidade” entre os indicadores reunidos sob cada factor é um bom argumento que sustenta a interpretação dos factores enquanto dimensões da não convencionalidade. Há, no entanto, um outro argumento que parece ter mais peso. Esse argumento avança com a atribuição de um significado a cada um dos factores. Recordemos primeiramente a composição de cada factor. O primeiro factor refere as práticas de transgressão, vandalismo, agressão e furtos. O segundo factor agrupa os consumos de álcool e de tabaco. E o terceiro isola os consumos de “drogas”. Começando por este último factor, a referência ao consumo de drogas sugere claramente que a toxicodependência constitui uma das dimensões autónomas de não convencionalidade. Tal facto não surpreende dado que a toxicodependência constitui uma prática muito sancionada social e legalmente. Mais interessante é observar que o isolamento dos consumos em torno de um factor mostra que a toxicodependência constitui uma problemática própria, apelando para explicações e etiologias próprias. Atendendo à reduzida percentagem de jovens que, segundo os dados do inquérito, toma contacto directo com o consumo de drogas, a toxicodependência não parece poder vir a constituir uma fonte de peso no conjunto dos comportamentos não convencionais. Aparentemente, contra algumas suposições mais comuns, os consumos de drogas são relativamente marginais no universo adolescente.

O segundo factor abrange o consumo de álcool e de tabaco. O denominador comum a estes consumos parece residir no facto de não constituírem violações de normas legais, como acontece com os outros dois factores, mas de poderem suscitar algumas reacções de reprovação social, especialmente no caso de haver abusos ou dependências ou se o contacto ou a iniciação ocorrer em idades bastante precoces. No entanto, essas reacções dificilmente são muito intensas dado que a generalidade destes consumos na sociedade tende a desenvolver uma certa indiferença social relativamente à precocidade que esses mesmos consumos têm vindo a registar. Mas para a perspectiva que temos vindo a desenvolver sobre as fontes da não convencionalidade, importa referir que os consumos constituem um fonte autónoma dessa mesma não convencionalidade e encontram-se reunidos em torno do mesmo factor, não pelo facto de constituírem consumos (caso contrário, seriam também agregados com os consumos das drogas), mas pelo facto de as sanções, que eventualmente sobre eles recaem, serem essencialmente de natureza social (e não legal) e de não haver uma fronteira normativa clara que faça a separação, durante a adolescência, entre o uso tolerado e o uso ilegítimo dos consumos de álcool e de tabaco. Por conseguinte a fonte de não convencionalidade que resulta deste factor é seguramente a mais ambígua, na medida em que o separador legal não opera nesta dimensão. É a reacção social que, neste caso, classifica. Certos comportamentos podem ser reprovados; outros, aceites. A idade joga evidentemente o seu papel; mas as situações também. Somos assim levados a concluir que, só em casos extremos, os consumos poderão constituir verdadeiramente uma fonte de não convencionalidade. Em muitos outros, trata-se mais de uma fonte de reprovação social e, possivelmente na maior parte deles, constituem “acidentes” normais na transição da adolescência. Não é por isso de estranhar que o consumo regular ou ocasional de tabaco ou álcool tenham expressão na amostra que está na base dos dados comentados. Essa expressão é, contudo, moderada e está longe de ser generalizada a todos os adolescentes, como poderíamos ter sido levados a concluir a partir da ausência de sanções legais e da ambiguidade das sanções sociais que caracterizam esta segunda dimensão da não convencionalidade. A última dimensão que falta referir resulta dos indicadores agregados em torno do primeiro factor. Esses indicadores referem-se a práticas que, apesar de serem socialmente censuradas e muitas delas proibidas, são relativamente frequentes durante a adolescência. Actos de vandalismo, transgressão, agressão e furtos constituem as principais infracções incluídas nesta dimensão. Apesar de estes actos representarem uma violação de normas sociais e legais, a ocorrência de muitos deles pode ser vista como uma actividade esporádica inserida num contexto mais vasto de aprendizagem normativa. Na maior parte dos casos, essa actividade não acarreta processos de estigmatização ou de marginalização, mas não deixa de suscitar respostas de controlo social. Neste aspecto, pode-se dizer que a mais forte pressão social e legal que se faz sentir sobre estes comportamentos demarca esta dimensão dos consumos de tabaco e de álcool. O consumo de tabaco e de álcool não tem seguramente o mesmo estatuto, em termos de sanções sociais, que a prática de actos de violência ou de furto. Estes últimos actos são socialmente rejeitados e tendem a provocar respostas que visam inibir e controlar o seu desenvolvimento. Estas respostas aparecem também no caso do consumo de droga. Por que razão este consumo não aparece, então, incluído na terceira dimensão? A separação factorial entre o consumo de droga e as infracções que integram a terceira dimensão (vandalismo, agressão, etc.) sugere haver “causas” distintas. As “trajectórias” e as experiências ligadas ao consumo de drogas não são as mesmas que caracterizam as infracções que temos vindo a referir. Estas, sugerimos já, são, na maior parte dos casos, relativamente normais no decurso da adolescência. O consumo de drogas, pelo contrário, encontra-se numa linha mais estigmatizante e de mais fácil marginalização, conduzindo a um desenvolvimento atípico durante a adolescência, mesmo que apenas se considerem

os comportamentos não convencionais.

Desta análise resulta claro que cada factor representa um conjunto coerente de comportamentos. Não há relações arbitrárias ou sem significado entre eles. São essas relações coerentes que permitem atribuir um significado a cada factor e interpretá-los como fontes autónomas de não convencionalidade. Esta interpretação vai, logicamente, contra a hipótese da variável latente e da possibilidade de reduzir a não convencionalidade a uma única dimensão. Mas, por outro lado, torna-se também claro que as dimensões da não convencionalidade são em número bastante menor às manifestações concretas através das quais essa mesma não convencionalidade se traduz.

Neste sentido, recupera-se parcialmente a ideia da variável latente, mas delimitando o seu âmbito a conjuntos mais reduzidos de comportamentos. Com efeito, cada uma das dimensões, de que temos vindo a falar, constitui um “fundo comum” a várias e distintas manifestações comportamentais que apela para explicações próprias e específicas.

Não estando no âmbito deste estudo a apresentação de explicações para as diferentes dimensões da não convencionalidade, não se pode deixar, contudo, de referir que a diversidade dessas dimensões apela para a necessidade de inserir a génese e desenvolvimento delas nos contextos sociais, superando a hipótese simplista e determinista da propensão para o desvio como primeira condição para as manifestações não convencionais.

[1] Dorovan, John E. e Richard Jessor (1985), “Structure of Problem Behavior in Adolescence and Young Adulthood” *in* *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, Vol. 53, Nº 6, pp. 890-904.

[2] Todas as análises estatísticas a que recorremos foram realizadas com o “package” estatístico SPSS.

[3] Indicadores que integram cada um dos índices:

Agressão: “Andar com uma arma”, “Bater numa pessoa”, “Lutas de grupo”, “Bater num colega”, “Bater num adulto”, “Bater na família”, “Forçar uma pessoa”, “Usar a força física para roubar”, “Ameaçar ou insultar adultos”;

Vandalismo: “Danificar/destruir coisas”, “Atirar objectos”, “Ser grosseiro em lugar público”, “Estar “com uns copos”, “Fazer chamadas obscenas”, “Esvaziar pneus”, “Partir vidros”, “Tirar/desviar correspondência”;

Furtos: “Roubar de uma loja”, “Comprar/vender objectos roubados”, “Roubar dinheiro à família”, “Não pagar coisas”, “Tirar” coisas”, “Forçar a entrada de uma casa para roubar”, “Usar moedas falsas”, “Tirar a material de uma obra”, “Tirar objectos de um automóvel”;

Transgressão: “Fugir de casa”, “Mentir acerca da idade”, “Copiar nos testes/exames”, “Guiar sem carta”, “Guiar sem autorização do proprietário”, “Guiar acima da velocidade legal”, “Pedir dinheiro”, “Faltar à escola”, “Ficar com dinheiro que não lhe pertencia”, “Ser expulso da sala de aulas”, “Sair à noite sem autorização”.

[4] A intensidade destes consumos foi medida segundo uma escala de sete posições, variando de “nunca” até “mais de duas vezes por semana”.

[5] A autopercepção do desempenho escolar foi medida pela pergunta seguinte: “Ao longo da tua vida de estudante, achas que tens sido um “bom aluno”? (Intensidade da resposta medida numa escala de cinco posições, variando entre “nunca” e “sempre”.

[6] A medida relativa às relações com os pais traduzem-se por dois índices (ou escalas): um relativo ao pai e o outro relativo à mãe. Na base desses dois índices estão os seguintes indicadores: “Quando estou com problemas costumo falar com o meu pai/a minha mãe”, “Nos meus tempos livres costumo estar com o meu pai/a minha mãe”, “O meu pai/a minha mãe elogia-me quando faço um bom trabalho”, “O meu pai/a minha mãe tem confiança em mim”, “Converso com o meu pai/a minha mãe sobre os meus planos para o futuro”.